EDUTALKS #1



QUE PERCEÇÕES TÊM OS PORTUGUESES SOBRE O VALOR DA EDUCAÇÃO?

Com a participação de:
Orlanda Tavares | Cristina Rocha | João Caramelo

EDULOG
FUNDAÇÃO BELMIRO DE AZEVEDO

EDUTALKS #1

QUE PERCEÇÕES TÊM OS PORTUGUESES SOBRE O VALOR DA EDUCAÇÃO?

Com a participação de:

Orlanda Tavares | Cristina Rocha | João Caramelo

EDULOG
FUNDAÇÃO BELMIRO DE AZEVEDO

O EDULOG é uma iniciativa da Fundação Belmiro de Azevedo que tem como objetivo contribuir para a construção de um sistema de educação de referência em Portugal. Na persecução da sua missão e da sua visão, apoia estudos de investigação na área da Educação e dinamiza encontros e conferências cientificamente fundamentados.

Ficha técnica
© EDULOG - Fundação Belmiro de Azevedo
www.edulog.pt
Dezembro de 2016

Título: Que perceções têm os portugueses sobre o valor da educação?
Ano de edição: 2019
Depósito legal: 452823/19
ISBN: 9781724965578

ÍNDICE

PÁG.

/ 5 - 7 / PREFÁCIO

/ 8 - 17 / CONTEXTUALIZAÇÃO

/ 18 - 21 / INFOGRAFIA

/ 22 - 23 / DISCURSO DIRETO
/ 24 - 27 / Orlanda Tavares
/ 28 - 29 / Cristina Rocha
/ 30 - 33 / João Caramelo

/ 34 - 37 / FATORES INDIVIDUAIS E CONTEXTUAIS DAS PERCEÇÕES SOBRE O VALOR DA EDUCAÇÃO

PREFÁCIO

O EDULOG é uma iniciativa da Fundação Belmiro de Azevedo no âmbito da Educação, a qual inclui nas suas atividades as EDUTALKS, ciclos de conferências e debates públicos sobre temas transversais à Educação, com a presença de individualidades de referência na área.

O tema da Educação é de particular relevância para Portugal, país ainda com significativos atrasos na qualificação da sua população, apesar dos enormes esforços feito a partir da Revolução de Abril de 1974.

De acordo com o censo de 1991, havia, ainda, em Portugal, 11,0% de analfabetos literais entre a população com dez ou mais anos de idade. Dez anos depois, de acordo com o último censo de 2011, essa percentagem era, ainda, de 5,7%. A isto acrescia uma percentagem muito significativa de 58,2% da população com dez ou mais anos com apenas o ensino básico.

Em meados do século 20 Portugal era uma sociedade atrasada e predominantemente rural, com mais de metade dos empregados a trabalhar no setor agrícola. Entre o fim dos anos 50 e meados dos anos 70 Portugal conheceu um rápido processo de industrialização, com elevadas taxas de crescimento económico. Em 1970 trabalhavam no setor primário cerca de 1/3 dos trabalhadores, percentagem que diminuiu para 10,8% em 1990 e para pouco mais de 5% em 2001. Pode dizer-se que Portugal mudou com êxito e rapidez de uma sociedade agrária para uma sociedade de base industrial, embora muita dessa industrialização fosse baseada num operariado com baixo nível de formação.

(...) Portugal mudou com êxito e rapidez de uma sociedade agrária para uma sociedade de base industrial (...).

A partir do fim dos anos 90 entrou-se numa década de estagnação económica, aumento do desemprego e da emigração. Esta estagnação económica está associada a um conjunto de fatores, incluindo a diminuição consistente da produtividade e uma adaptação difícil ao Euro. Na verdade a diminuição da produtividade deverá estar associada a problemas de qualidade e quantidade do

capital humano que tornaram difícil a mudança para uma sociedade do conhecimento. É reconhecido que existe uma relação forte entre a produtividade e a qualidade e quantidade do capital humano, o que justifica uma análise das políticas de educação por forma a colmatar as atuais deficiências de Portugal.

Em comparação com os nossos parceiros europeus, Portugal (...) apresenta um nível geral de literacia muito mais baixo.

Em comparação com os nossos parceiros europeus, Portugal, apesar dos esforços e progressos dos últimos anos, apresenta um nível geral de literacia muito mais baixo. Os resultados do PISA até anos recentes, a persistência de taxas de abandono relativamente elevadas e a dificuldade em atingir as metas da União Europeia em percentagem da população com formação de nível superior são uma indicação da nossa fragilidade.

A questão do baixo nível de formação da população portuguesa tem conhecido diversas abordagens e foi objeto de vários estudos e análises. Em 1996, uma iniciativa conjunta do Conselho Nacional de Educação e da Fundação Calouste Gulbenkian permitiu a realização de um estudo cujos resultados foram publicados num relatório intitulado *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*. Nesse relatório constatou-se que, em termos de literacia, 10,3% das pessoas estavam no Nível 0 (não conseguir resolver nenhuma das tarefas da prova de avaliação direta), 37,0% estavam no Nível 1 (competências muito limitadas), 32,1% no Nível 2 (tarefas bastante simples), 12,7% estavam no Nível 3 (grau intermédio de proficiência) e apenas 7,9% estavam no Nível 4 (domínio razoavelmente seguro de leitura, escrita e cálculo).

Apesar destes resultados muito fracos, a maioria dos inquiridos declarou que as suas capacidades de leitura, escrita e cálculo eram plenamente suficientes para a atividade profissional desempenhada, o que mostra que o tecido económico nacional não considerava necessárias essas competências de literacia. Também cerca de metade dos inquiridos mostrou desejo de melhorar as suas capacidades de literacia, embora essa predisposição fosse mais baixa para os de níveis mais baixos de literacia, ou seja, exatamente aqueles que mais precisariam de uma melhoria.

Estes resultados são extremamente preocupantes quando se avança a passos largos para a implementação de uma sociedade do conhecimento em que este se tornou num dos motores da nova economia, e na qual os serviços e os produtos de conhecimento intensivo estão, progressivamente, a substituir os produtos de trabalho intensivo. Na nova economia o trabalho da maioria dos indivíduos exige conhecimento teórico, sendo uma mão-de-obra altamente educada o maior recurso de uma sociedade pós-industrial.

Estes resultados são um sinal de alarme para Portugal, e justificam plenamente o interesse da Fundação Belmiro de Azevedo e a sua aposta no EDULOG. Assim, foi decidido iniciar a intervenção da Fundação repetindo, passados cerca de vinte anos, o exercício de 1996 da iniciativa conjunta do CNE e da Fundação Calouste Gulbenkian. Os resultados do novo estudo são apresentados neste relatório e confirmam muito do que tinha sido concluído no estudo anterior. Em particular, continua a verificar-se que, apesar da baixa média geral de qualificações, em particular quando em comparação com outros países europeus, a maioria dos inquiridos considera que as suas qualificações são suficientes, quer para o mercado de trabalho, quer para os desafios do quotidiano. Além disso, embora a maioria dos portugueses valorize a educação (mais por razões pessoais do que por razões profissionais), não pensa, em regra, continuar a estudar.

(…) embora a maioria dos portugueses valorize a educação (…), não pensa, em regra, continuar a estudar.

Este estudo marca o início de uma série de publicações com os resultados das EDUTALKS que se espera venham dar um contributo importante para um debate aprofundado das políticas de educação com o objetivo de informar as políticas públicas, envolver a comunidade educativa, promover o debate e estimular uma mudança positiva na educação das gerações futuras.

Alberto Amaral

Coordenador Científico
e membro do Conselho Consultivo EDULOG

CONTEXTUALIZAÇÃO

A maior parte das políticas educativas, em Portugal, tem sido orientada por dois propósitos fundamentais: o desenvolvimento económico e a igualdade de oportunidades. Pressupõe-se, nesta linha, que uma sociedade será tanto mais produtiva e competitiva e promoverá tanto ou maior bem-estar social quanto mais qualificada for.

Ao longo dos anos, tem-se assistido a sucessivas reformas educativas que visam melhorar as qualificações dos portugueses. Alguns exemplos incluem a obrigatoriedade da educação pré-escolar, porque se assume que os primeiros anos de vida podem ser determinantes no futuro percurso escolar dos indivíduos; o alargamento da escolaridade obrigatória, que agora implica 18 anos de escolarização, equivalente ao 12º ano de escolaridade; a diversificação da oferta formativa, porque se considera que cada indivíduo é diferente e que o seu sucesso depende da existência de um percurso formativo adaptado ao seu "talento"; o combate ao abandono escolar, pelo apoio às famílias com baixo rendimento; o alargamento das bases de recrutamento do acesso ao ensino superior a novos públicos, permitindo a democratização do acesso que era privilégio de algumas elites.

Portugal continua a apresentar um nível de qualificações bastante baixo.

Apesar de todas as reformas, Portugal continua a apresentar um nível de qualificações bastante baixo. De acordo com os dados dos últimos dos Censos (2011), a situação de Portugal é de grande fragilidade, com 8,5% da população sem qualquer nível de escolaridade (sendo a taxa de analfabetismo de 5,23%), 2,5% com o nível pré-escolar, 29,8% com o 1º ciclo do ensino básico, 10,4% com o 2º ciclo, 15,7% com o 3º ciclo do básico, 17,6% com o ensino secundário e apenas 15,4% da população total com ensino superior. Este retrato das qualificações dos portugueses é tudo menos animador.

Um estudo anterior sobre "A literacia em Portugal: Resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica" (1996), um projeto do Conselho Nacional da Educação (CNE) e da Fundação Calouste Gulbenkian, tinha já mostrado que os níveis de literacia dos portugueses eram baixos e, nomeadamente ao nível das competências de leitura, escrita e cálculo, foram entendidos como suficientes para a atividade profissional. Com efeito, são precisamente os portugueses que têm níveis de literacia mais baixos os que menos desejam melhorar as suas competências.

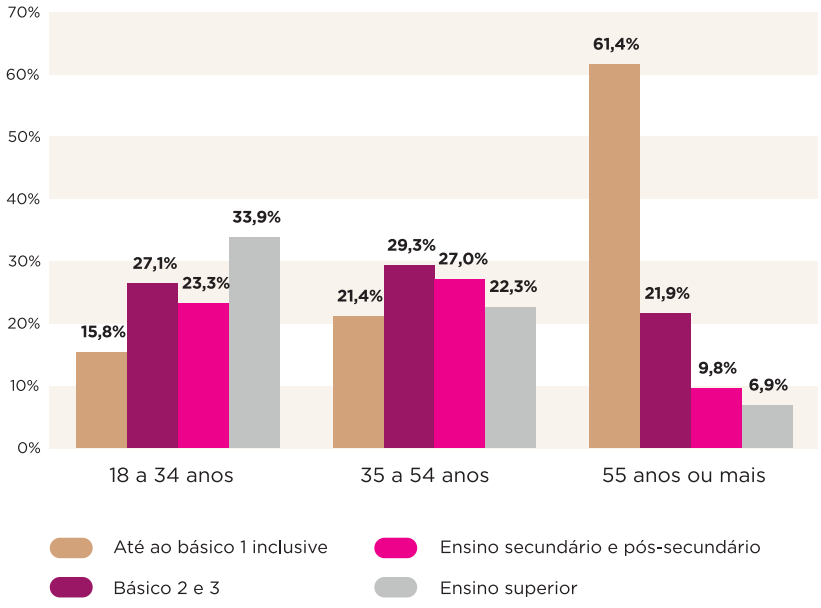
são (...) os portugueses que têm níveis de literacia mais baixos os que menos desejam melhorar as suas competências.

Os dados oriundos dos documentos preparatórios do Quadro Estratégico para a Educação, referentes às taxas de abandono escolar e às taxas de conclusão do ensino superior, também permitem traçar um cenário pouco animador, embora com alguns sinais positivos. Comparando 2006 com 2012, os números revelam que Portugal apresenta uma evolução positiva, mas ainda aquém das metas definidas para a União Europeia: os níveis de abandono escolar precoce eram mais altos em 2006 do que em 2012 (39% e 20,5%) e a taxa de conclusão do ensino superior cresceu de 18% em 2006 para 28% em 2012.

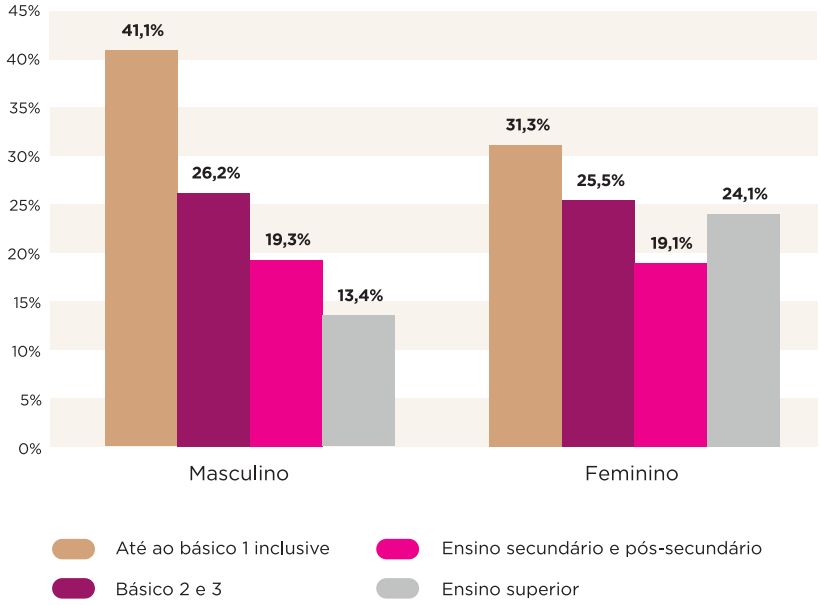
Mais recentemente, uma equipa do Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior (CIPES) e do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) desenvolveu um estudo sobre o *Valor Atribuído pelos Portugueses à Educação*, tendo por referência um trabalho de campo realizado pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa. Este estudo, que marca o lançamento do EDULOG, tem como objetivo perceber quais as perceções dos portugueses sobre o valor da educação e explorar se as mesmas são influenciadas por algumas variáveis: idade, género, nível de escolaridade e região. Os dados empíricos foram obtidos por inquéritos telefónicos, em 2016, a uma amostra significativa da população portuguesa (1201 indivíduos) e submetidos a uma análise estatística descritiva simples.

Caracterização da amostra

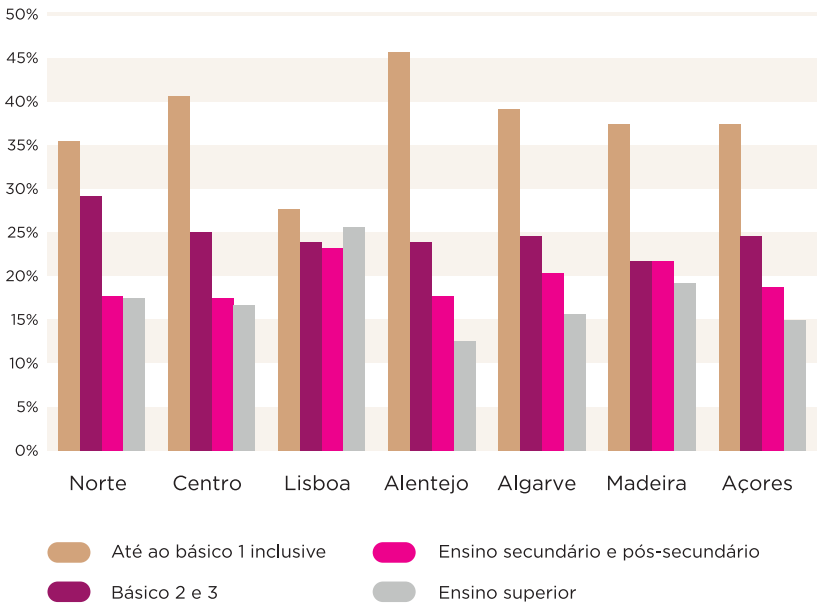
Grau de escolaridade por escalão etário



Grau de escolaridade por género



Grau de escolaridade por região



Alguns dados descritivos da amostra, obtidos pelo cruzamento das variáveis idade e nível de escolaridade, revelam que as baixas qualificações são detidas sobretudo pelos inquiridos com mais de 55 anos. Ao mesmo tempo, é na população mais jovem que está mais presente o grau de ensino superior. Quando se cruza a variável género com o nível de escolaridade, verifica-se que são as mulheres que têm mais qualificações. Por outro lado, quando se cruza o nível de escolaridade com as regiões de Portugal, verifica-se que é na região do Alentejo que encontramos um nível de qualificações mais baixo, não só porque a proporção de indivíduos com apenas o ensino básico é mais alta, mas também porque a proporção de indivíduos com o ensino superior é das mais baixas.

(...) é na população mais jovem que está mais presente o grau de ensino superior.

O valor da educação foi inferido da relação de dependência entre a educação e as motivações, a família e a vida profissional. Isto porque se assume, por um lado, que a decisão de estudar/retomar os estudos implica algum tipo de motivação, seja ela intrínseca (prazer, desenvolvimento e crescimento pessoal) ou extrínseca (para melhorar a sua situação no trabalho). Por outro lado, pressupõe-se que a família tem um papel importante nessa motivação para os estudos, quer pelo apoio, quer pela qualidade dos recursos disponibilizados. Por fim, os níveis de educação desejados pela população portuguesa podem estar dependentes das características do mercado de trabalho, o qual requer mais ou menos educação.

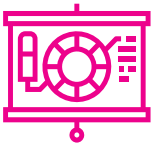
(...) a maioria dos portugueses manifesta o desejo de estudar ou prosseguir estudos por razões relacionadas com o crescimento e desenvolvimento pessoal e não tanto (...) pelo desejo de progressão na carreira.

Os resultados globais referentes à motivação dos portugueses apontam para o predomínio das razões intrínsecas, ou seja, a maioria dos portugueses manifesta o desejo de estudar ou prosseguir estudos por razões relacionadas com o crescimento e desenvolvimento pessoal e não tanto por razões extrínsecas relacionadas, por exemplo, com o mercado de trabalho, pelo desejo de progressão na carreira. Um outro resultado deste estudo que importa assinalar é que a maioria dos portugueses gostaria de ter mais escolaridade, de ter um grau mais alto do que o que atualmente possui. Todavia, essa mesma maioria não está disposta a concretizar esse desejo. As principais razões apontadas para a não concretização desse desejo estão relacionadas com a perceção dos obstáculos, tais como a idade, o não fazer falta para o dia-a-dia e o não fazer falta para a vida profissional.

No que diz respeito aos resultados referentes à família, verifica-se que o nível de expetativas dos pais é relativamente elevado, já que a maioria revelou que esperava que os seus filhos menores de 15 anos prosseguissem estudos até ao ensino superior. São esses mesmos pais que também consideram, na sua maioria, importante apoiar os seus filhos nas tarefas escolares. Porém, quando se questiona se os inquiridos tiveram apoio escolar dos seus pais, verifica-se que uma grande parte (49%) não foi apoiada nas tarefas escolares e que a maioria dos pais não lia livros em casa (51%).

Relativamente à vida profissional, um dos resultados que se destaca deste estudo é o da adequação percecionada entre as qualificações académicas e a vida profissional, pelo que a maioria dos portugueses considera que as suas qualificações são suficientes para o mercado de trabalho no qual se encontram inseridos e para os desafios do quotidiano.

(...) a maioria dos portugueses considera que as suas qualificações são suficientes para o mercado de trabalho (...).



Os resultados globais parecem sugerir que o mercado de trabalho tende a não valorizar a educação e a qualificação. Assim, estes resultados podem estar a dar mais informação sobre o mercado de trabalho em Portugal, geralmente exigindo poucas qualificações, do que sobre os indivíduos. De acordo com os dados do INE (2010), 81% dos empregadores, em Portugal, não possuem mais do que o ensino secundário, uma das possíveis razões que justifica a fraca capacidade de absorção, por parte do mercado de trabalho, dos mais qualificados. Alguns estudos têm também mostrado que a baixa participação dos adultos em educação pode estar relacionada com características específicas do sistema político e socioeconómico: as taxas de emprego, o nível de inovação no país, a oferta formativa oferecida pelas próprias empresas ou um sistema educativo inclusivo e sensível aos diferentes (e novos) públicos.

Os resultados globais escondem algumas variações ao nível do género. Algumas dessas variações incluem as aspirações educativas mais altas nas mulheres do que nos homens; a intenção de continuar os estudos mais alta nos homens do que nas mulheres; as mulheres tendem a apontar a falta de tempo/disponibilidade por razões familiares para a não concretização do desejo de continuar a estudar, ao passo que os homens alegam falta de tempo/disponibilidade por razões profissionais; a relação parental com a escola é assegurada sobretudo pelas mães; os pais tendem a indicar a falta de tempo para o apoio da família nas tarefas escolares, ao passo que as mães tendem a indicar a impreparação para ajudar.

Os dados parecem sugerir que há ainda na sociedade portuguesa uma divisão social das tarefas e responsabilidades familiares desiguais.

Os dados parecem sugerir que há ainda na sociedade portuguesa uma divisão social das tarefas e responsabilidades familiares desiguais. Tal poderá ser ainda o reflexo da estrutura tradicional da família dos anos 1960/70, que atribuía à mulher um papel doméstico (González, Jurado & Naldini, 1999) e em que o investimento em educação era maioritariamente destinado aos homens. O facto de as mulheres serem mais vulneráveis a situações de precariedade de emprego, desemprego, pobreza e/ou desvantajosas em termos socioeconómicos também pode ajudar a compreender estes resultados.

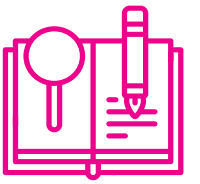
Relativamente ao nível de escolaridade, verificou-se que quanto mais elevadas as qualificações, maior a perceção de o trabalho não as valorizar e que quanto mais elevado o nível de qualificações, mais elevada a frequência de ações de formação profissional. A desigualdade social parece reproduzir-se na escola e no modo como a educação é valorizada pelos diferentes grupos, o que vai ao encontro da teoria da reprodução de Bourdieu, segundo a qual as desigualdades sociais prévias determinam os diferentes desempenhos escolares e, consequentemente, os diferentes modos de valorizar a educação.

No que diz respeito à idade, verifica-se que são os jovens aqueles que mais indicam a empregabilidade como a principal motivação para estudar. É também o grupo dos jovens o que tem aspirações mais altas, nomeadamente o desejo de seguir até ao ensino superior. É ainda este grupo o que, tendo mais qualificações, mais frequenta ações de formação profissional. Em contrapartida, à medida que a idade avança, diminui o desejo de obtenção de níveis de escolaridade mais altos. Se assumirmos que os níveis de escolaridade mais baixos são detidos pela população com mais idade, então compreende-se que as razões relacionadas com o emprego e a carreira tenham menor peso para os menos escolarizados (os com mais idade), dado que são estes os que tradicionalmente menos retornos associam à educação e menos a valorizam como meio para melhorar a sua situação profissional.

Na verdade, as perspetivas a longo prazo no mercado de trabalho parecem tender a diminuir com o avançar da idade, tal como já evidenciado por Boeren et al. (2010), o que justifica que as motivações relacionadas com o emprego tenham menor relevância para estes grupos com mais idade, os quais tendem a ter uma relação menos instrumental com a educação. Essa desvalorização da educação como instrumento para o sucesso no mercado de trabalho pode decorrer do facto de ter existido, tradicionalmente, na sociedade portuguesa, uma certa *resistência* à escolarização resultante da falta de confiança no potencial da escola para promover a mobilidade social (Pinto, 2012). Esta desconfiança permanece de forma latente e de modo mais patente em determinadas regiões rurais, apesar de o país ter entrado no chamado *século do conhecimento* (Pinto, 2012). Assim, ao passo que, tradicionalmente, e num contexto em que as taxas de desemprego eram bastante mais baixas, a qualificação de nível superior não era entendida como condição para a obtenção de emprego, nem como um investimento com retorno, hoje em dia os jovens já não partilham esta perceção. Verifica-se, portanto, uma mudança geracional ao nível das perceções das exigências do mercado de trabalho e, consequentemente, ao nível das perceções sobre o valor da educação.

Verificam-se ainda algumas variações regionais. O nível de escolaridade correspondente ao ensino superior é mais desejado na região de Lisboa, região onde também predominam as motivações relacionadas com o emprego, onde as oportunidades de emprego são também mais abundantes. Estudos sobre os retornos da educação (Sá et al. 2014; Vieira et al. 2005, 2006) sugerem que é precisamente na região de Lisboa onde se verificam os retornos mais elevados. Isto deve-se ao facto de existir, nesta região, uma procura por trabalhadores mais escolarizados superior a outras regiões, que se pode justificar pela maior procura associada ao gap tecnológico (complexidade de empregos) (Sá et al. 2014; Teulings & Vieira, 2004; Vieira et al. 2005, 2006).

O nível de escolaridade correspondente ao ensino superior é mais desejado na região de Lisboa (...).



Em contrapartida, as regiões do Alentejo, Algarve, Madeira e Açores são as regiões do país que menos valorizam a educação. Estas disparidades regionais traduzem-se numa variação acentuada e persistente em termos de padrões educativos, parcialmente decorrentes do tipo de mercado de trabalho envolvente. Assim, a "desvalorização" da educação pode estar associada às características do mercado de trabalho onde predominam as pequenas e médias empresas, na sua maioria de características familiares, com níveis incipientes de inovação tecnológica e organizacional; onde o recrutamento de trabalhadores é informal, através de redes familiares e sociais; onde prevalecem os contratos de emprego atípicos e as deficientes condições de trabalho; e onde, para a maioria dos empregadores da região, o nível de educação não é um fator de diferenciação salarial. Além disso, o baixo poder de compra das famílias pode levar os jovens a querer começar a trabalhar o quanto antes para aumentar o orçamento do agregado familiar, dado que o investimento em educação a longo prazo é entendido como tendo um retorno incerto (Pinto, 2012).



(...) a maioria dos portugueses valoriza a educação embora não pense continuar a estudar (...).

Retomando as questões que orientaram este estudo, pode responder-se à questão *que perceções têm os portugueses sobre o valor da educação?* afirmando-se, sumariamente, que a maioria dos portugueses valoriza a educação embora não pense continuar a estudar e que essa valorização ocorre mais por razões pessoais do que por motivos relacionados com o emprego. Esta fraca incidência das razões relacionadas com o emprego pode estar relacionada com uma possível desvalorização, por parte do nosso mercado de trabalho, da educação e da qualificação. Os resultados deste estudo parecem apontar muito mais para o reforço da teoria da reprodução social do que para a mobilidade social por via da educação.

A resposta à questão *as perceções variam em função da idade, género, nível de escolaridade e região?* é afirmativa. Há, de facto, como se acabou de ver, variações significativas. A superação de algumas das fragilidades identificadas, regionais e geracionais, requer um conjunto de medidas não isoladas que combinem políticas educativas, políticas sociais e económicas. Esta poderá constituir-se como uma das possíveis vias para a promoção da valorização das qualificações no mercado de trabalho, da equidade de género no mercado de trabalho, da mobilidade social, da educação ao longo da vida e da descentralização das oportunidades de formação e emprego.

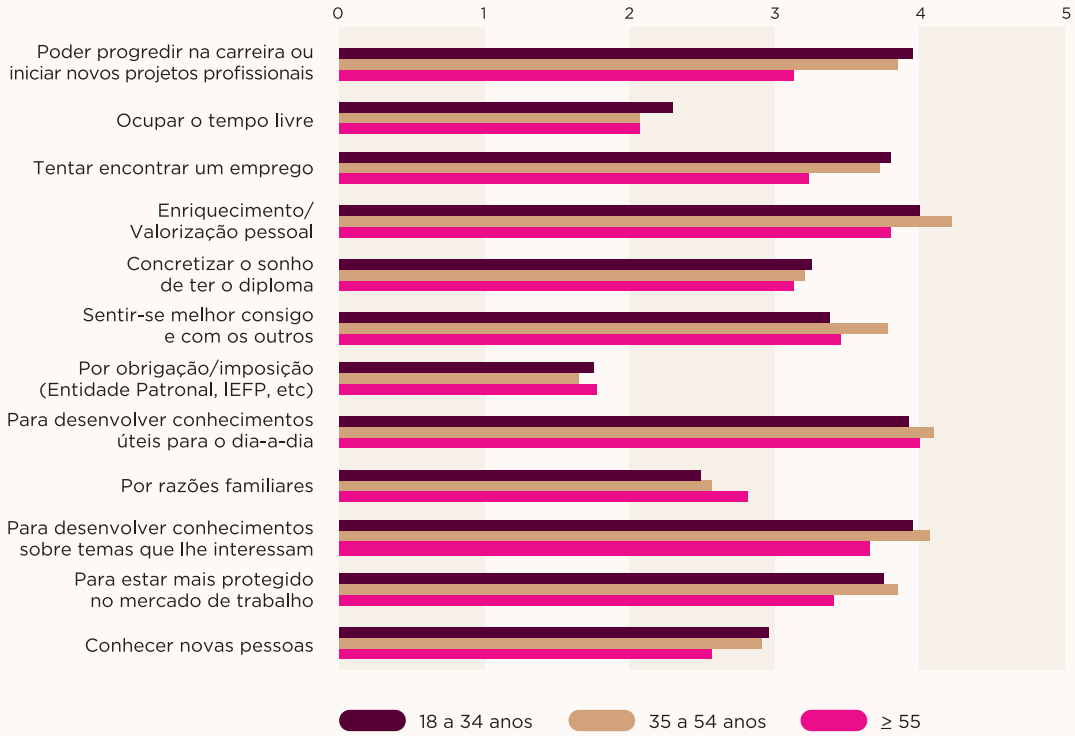
Orlanda Tavares

Investigadora da Agência de Avaliação e
Acreditação do Ensino Superior (A3ES) e do
Centro de Investigação de Políticas de Ensino Superior (CIPES)

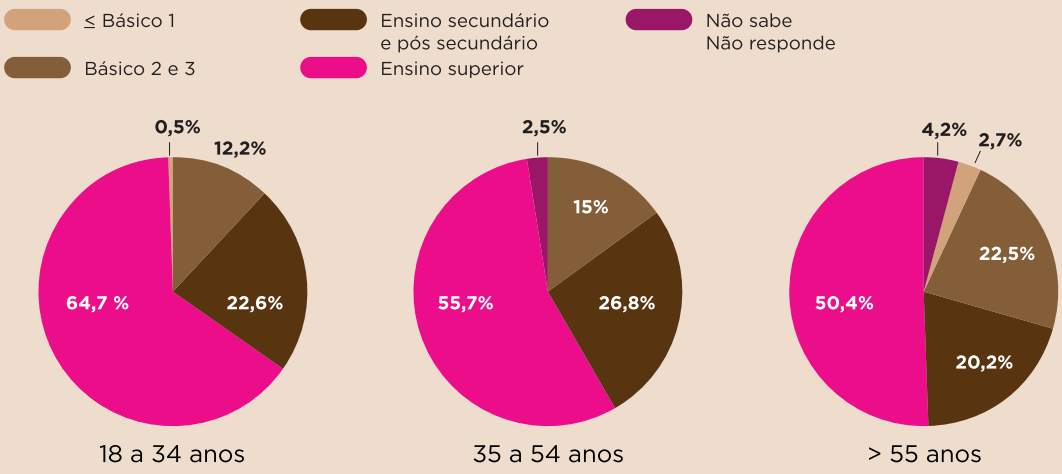
REFERÊNCIAS:
A. Amaral (Ed.). Que perceções têm os portugueses sobre o valor da educação?. Fundação Belmiro de Azevedo (2016). | Boeren, E., Holford, J., Nicaise, I., & Baert, H. (2012). Why do adults learn? Developing a motivational typology across 12 European countries. Globalisation, Societies and Education,10(2), 247-269. | Bourdieu, Pierre & Passeron, Jean-Claude. (1964). Les Héritiers. Les étudiants et la culture. Paris: Minuit. | José González, M., Jurado, T., & Naldini, M. (1999). Introduction: Interpreting the transformation of gender inequalities in Southern Europe.South European Society and Politics,4(2), 4-34. | Pinto, J. M. (2012). Cultural and educational heritage, social structure and quality of life. In G. Neave & A. Amaral (Eds.). Higher education in Portugal 1974-2009. Dordrecht: Springer. Pp. 89-107. | Sá, C. A. D. S. P., Oliveira, C. D. P., Cerejeira, J., Simões, M., Portela, M., Teixeira, P., & Sousa, S. C. C. (2014). Educação e mercado de trabalho em Portugal: retornos e transições. Retirado de http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/35444/1/POAT.pdf (Acedido a 08--06-2016). | Vieira, J., Couto, J. e Tiago, M. (2006). Regional differences in returns to education in Portugal. 46th Congress of the European Regional Science Association University of Thessaly, Greece, August 30th-September 3rd. | Vieira, J., Couto, J. e Tiago, M. (2005). Inter-regional wage dispersion in Portugal. Institute for the Study of Labor (IZA), Bona, Discussion Paper No 1664.

MOTIVAÇÕES PARA O PERCURSO ESCOLAR E PERSPETIVAS DE PROLONGAMENTO

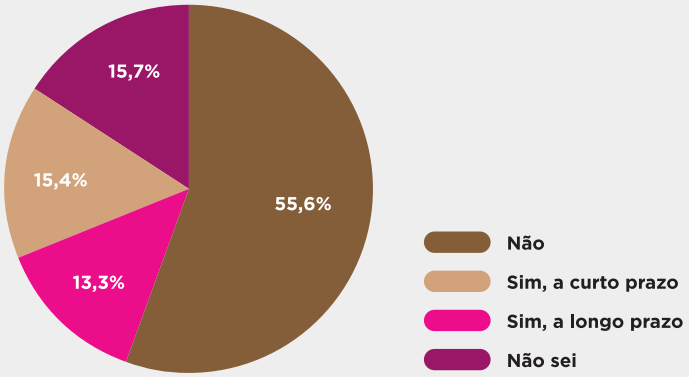
Razões para frequentar o nível de ensino atual (importância atribuída de 1 a 5)



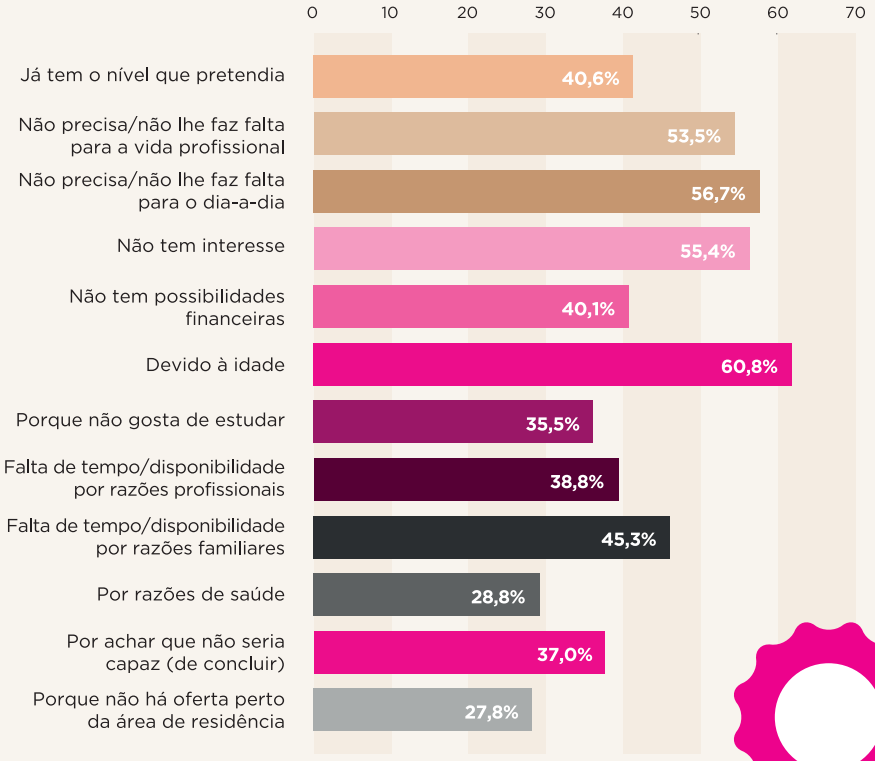
Grau de escolaridade que os inquiridos gostariam de ter



Pretensão de, no futuro, continuar (ou voltar) a estudar

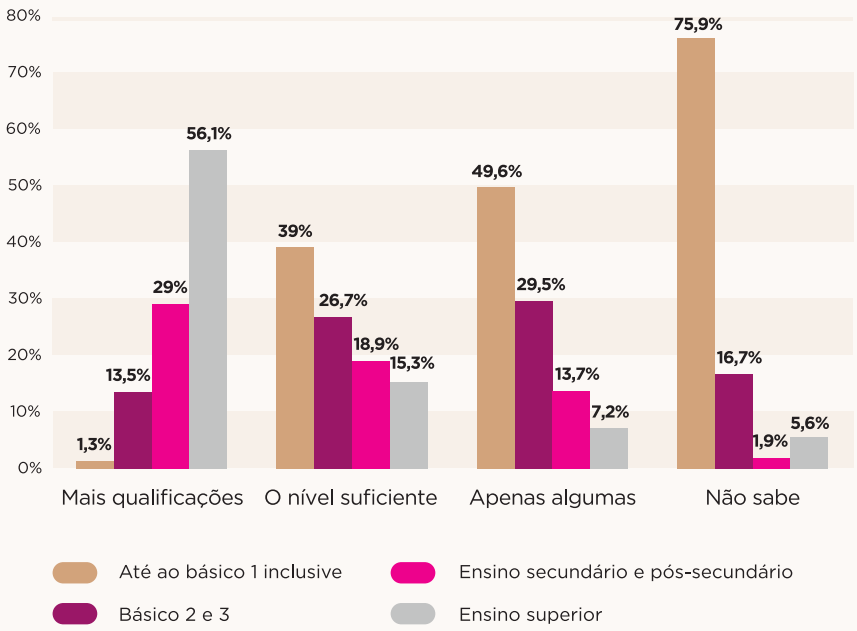


Razões para não pensar continuar/voltar a estudar
(amostra global)

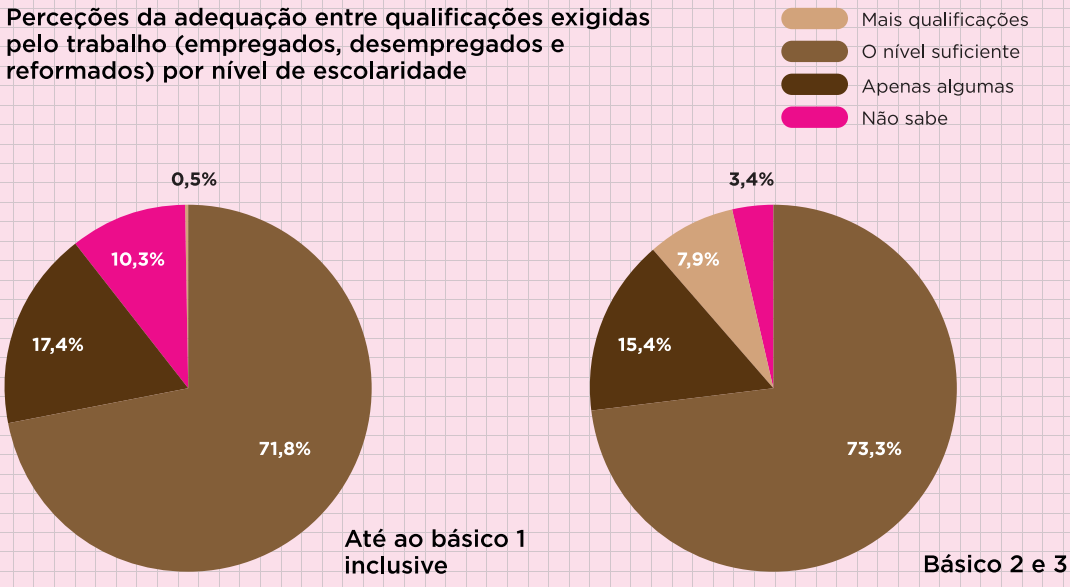


EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E VIDA PROFISSIONAL

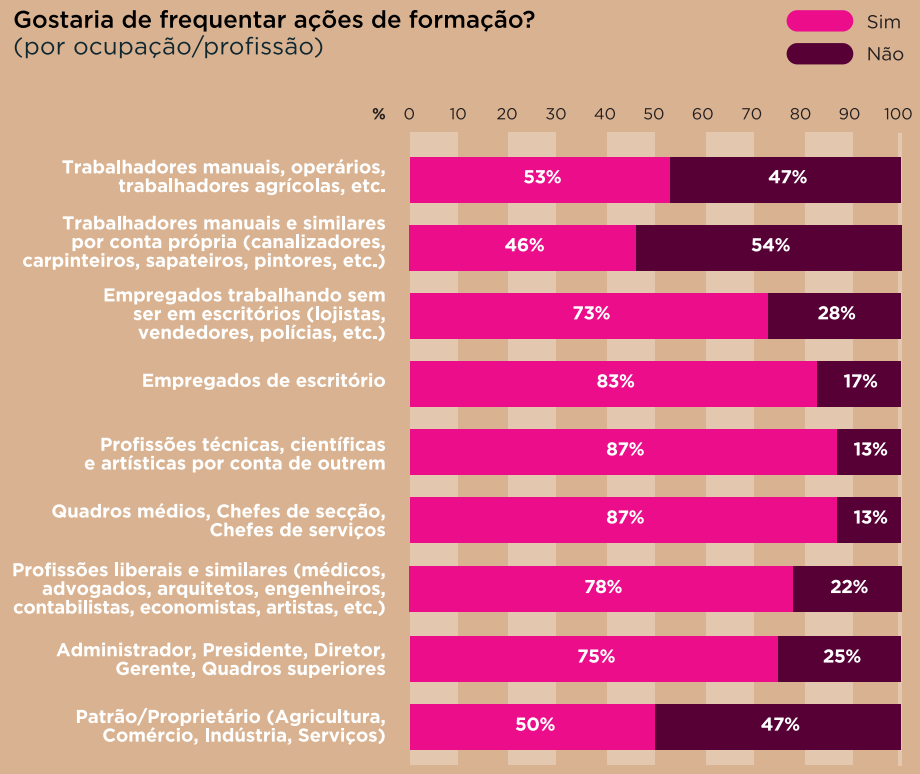
Perceções da adequação entre qualificações exigidas pelo trabalho (empregados, desempregados e reformados) por nível de escolaridade

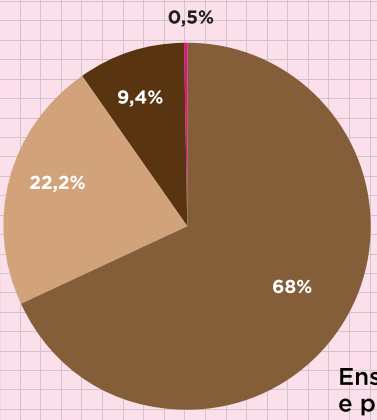


Perceções da adequação entre qualificações exigidas pelo trabalho (empregados, desempregados e reformados) por nível de escolaridade

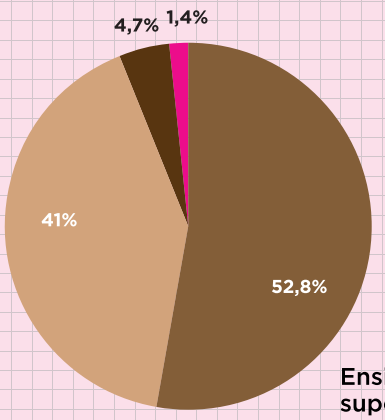


Gostaria de frequentar ações de formação?
(por ocupação/profissão)





Ensino secundário e pós-secundário



Ensino superior

DISCURSO DIRETO

Orlanda Tavares
Cristina Rocha
João Caramelo

Os textos que se seguem foram adaptados a partir das intervenções públicas na mesa redonda da Edutalk que decorreu no dia 7 de dezembro de 2016, no Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra. As opiniões expressas refletem o posicionamento dos seus autores, não necessariamente o do EDULOG, cujo objetivo é apenas proporcionar um debate construtivo e fundamentado na evidência científica.

Orlanda Tavares
Investigadora da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) e do Centro de Investigação de Políticas de Ensino Superior (CIPES)

AS CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO DETERMINAM A VALORIZAÇÃO DADA À FORMAÇÃO

Quando me pergunta se a reprodução social é uma fatalidade, eu tendo a afirmar que existe, efetivamente, reprodução social, mas vemos, simultaneamente, alguns sinais positivos, o que significa que algumas das políticas que têm vindo a ser implementadas começam a dar alguns frutos.

Pensemos apenas em termos de ensino superior. Sabemos que para as gerações anteriores o acesso ao ensino superior era extremamente limitado, havendo uma seletividade que fazia com que apenas alguns, poucos, tivessem condições ou oportunidades para prosseguir estudos. Com a massificação do ensino superior, resultado da melhoria de um conjunto variado de condições – económicas, políticas, sociais – o acesso ao ensino superior generalizou-se, embora ainda estejamos longe do que seria ideal para a sociedade portuguesa.

Apesar de haver hoje muitos mais estudantes com condições para aceder ao ensino superior, a verdade é que uma grande parte não o faz para os cursos preferidos ou para as instituições mais prestigiadas. Neste sentido, a seletividade manteve-se, agora deslocada para o interior do próprio ensino superior, uma vez que há cursos mais inacessíveis, que dão acesso a postos de trabalho com maior prestígio social e remunerações mais elevadas. Esses cursos mais inacessíveis são frequentados sobretudo pelos estudantes oriundos de famílias com capital sociocultural mais alto. Por exemplo, sabemos que cerca de 70% dos estudantes que entram nos cursos de medicina em Portugal são filhos de licenciados, ao passo que nas áreas de enfermagem, por exemplo, 70% dos estudantes são filhos de pais com o ensino básico.

Temos um sistema de acesso ao ensino superior que é seletivo. É um sistema baseado nas classificações obtidas pelos estudantes. Ora, apesar de poderem entrar no ensino superior estudantes com média de 9,5, a verdade é que com 9,5 valores um aluno nunca vai entrar num curso de medicina. Até pode ter sucesso, terminar o 12º ano, entrar num curso superior, mas isso não lhe garante o acesso ao curso que efetivamente quer e à profissão que pretende. As portas do ensino superior estão, por isso, abertas, mas, uma vez lá dentro, outras se podem fechar: as dos cursos/instituições mais seletivos. E neste processo sabemos que o desempenho escolar é tanto melhor quanto mais as famílias são escolarizadas. As famílias mais escolarizadas acabam por falar a mesma língua da escola e, portanto, o sucesso é muito mais garantido. Por isso, apesar de os portugueses – sobretudo os mais jovens – terem hoje mais qualificações, o que é bastante positivo, o valor dos postos de trabalho a que essas qualificações dão acesso é desigual e reprodutor da nossa estrutura social.

Relativamente à perceção que os portugueses têm da sua formação, sabemos que aqueles que afirmam não estar dispostos a continuar a estudar são também os que têm mais idade, os que têm mais estabilidade nos seus postos de trabalho, naquilo que hoje já quase não existe e que é o *trabalho para a vida*. Aqueles que não sentem o seu lugar posto em causa não têm a mesma perceção de um jovem que vai hoje entrar num mercado de trabalho dinâmico, em que não vai ter um emprego para a vida, em que não vai ter um vínculo laboral eterno, um mercado de trabalho que exige que seja versátil e flexível.

As diferenças geracionais, bem como as atuais características do mercado de trabalho, também determinam a forma como se tem ou não consciência do valor da nossa formação. Há, por isso, diferenças marcadas entre as gerações. Mas quando os adultos são questionados na qualidade de pais, aí a formação já é valorizada – pretendem essa formação para os filhos, uma vez que têm noção de que o mercado de trabalho está hoje diferente do que era há 20 ou 30 anos. Por isso, associam já a educação a oportunidades de trabalho, quanto mais não seja fora do país. Antigamente esta relação não existia de forma tão direta.

Há, contudo, um reconhecimento da alteração do valor da formação. As sociedades modernas que se tornam mais escolarizadas tendem a sofrer do *paradoxo da agregação*, ou seja, à medida que mais pessoas vão tendo mais qualificações, o valor dessa qualificação decresce. Isto significa que, para que cada um tenha vantagem competitiva no mercado de trabalho, acaba sempre por sentir necessidade de se destacar dos outros.

Recentemente fizemos um estudo sobre o valor da licenciatura no pós-Bolonha, em que procurámos perceber se, devido à redução de 5 para 3 anos, a licenciatura teria perdido valor de empregabilidade. Dos resultados percebemos que a licenciatura já não é suficiente. As próprias ordens profissionais acabam por exigir um mestrado para exercer a profissão, criando-se na opinião pública a perceção de que a licenciatura não oferece vantagem competitiva no mercado de trabalho. A licenciatura vai perdendo o seu valor de *bem posicional*, expressão utilizada para designar aquilo que só tem valor enquanto é escasso. Quando se generaliza, começa a perder valor.

As características do mercado de trabalho que temos hoje – que acabam por impor alguma flexibilização e versatilidade – fazem com que a empregabilidade se consiga por via de outras formações para além da académica e pela formação ao longo da vida.

Cristina Rocha
Professora associada na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

A ESCOLA ENQUANTO PROPULSOR DAS QUALIFICAÇÕES PODE SER TAMBÉM UM FATOR DE DESIGUALDADE

Se há matéria complexa e difícil, e em relação à qual temos de ser cautelosos, é a relação da família com a escola. Porque na verdade não há família – há famílias – e as próprias famílias estão distribuídas pelos diferentes grupos sociais, que têm diferentes trajetórias, nas quais a educação, ou a falta dela, fazem parte.

Quando falamos em heranças, elas aplicam-se claramente ao campo da educação e ao campo do ideário, da subjetividade e da história familiar. Ainda estamos muito próximos daquela que foi a fase da mudança – os anos 70 e seguintes. Crescemos durante quase todo o século XX com 4 anos de escolaridade obrigatória, 3 anos no caso das mulheres. Ainda que a escola avance e que a sua obrigatoriedade e extensão sejam uma alavanca – e seja também uma intromissão do Estado na vida das famílias, porque não é uma opção das famílias enviar os filhos para a escola –, de facto a escola, desse ponto de vista, é um forte propulsor do aumento das qualificações.

Mas esta alavanca que o Estado tem na retaguarda das famílias é, efetivamente, desigual. Cléopâtre Montandon, um sociólogo suíço, escreveu com um colega, nos anos 70, o livro *Entre Pais e Professores, Um Diálogo Impossível?*. Um dos capítulos desse livro designa-se "O que a escola faz às famílias". No entender dos autores, a escola exige 14 tipos de trabalho às famílias – eu penso logo nos 12 trabalhos de Hércules. Ao lermos com atenção, percebemos que a partir do momento em que as famílias têm crianças e que estas se convertem muito precocemente em alunos, o esforço que as famílias têm de enfrentar para manterem os filhos na boa condição de alunos – porque é nisso que eles se tornam para as famílias: filhos-alunos – é o mandato que a escola genericamente espera de nós.

Eu não acredito que as famílias não valorizem a escola, não acredito que os pais não desejem [a escolarização] para os seus filhos. Mas efetivamente as diferentes famílias têm dificuldade em acompanhar, ainda que a contragosto, o percurso escolar dos filhos. Por um lado, as famílias herdam um certo realismo sociológico daquilo que é a sua trajetória passada e da forma como se projetam para o futuro. Esse realismo sociológico faz com que as famílias tenham estratégias mais ou menos plausíveis e que antecipem aquilo que consideram que é possível e desejável. Por outro lado, é fundamental que rompamos com esta ilusão de que o sistema escolar é transparente para os pais. A partir do momento em que uma criança entra na escola, ela entra num sistema que muda governo a governo e que é internamente extremamente complexo.

Alguns sociólogos falam numa *imbricação de territórios*. A escola, para funcionar, depende da colaboração expressa direta e indireta da família, e a família, por seu lado, tem mais ou menos poder de controlo direto e indireto sobre a escola. Para algumas famílias, o sucesso escolar dos filhos é um objetivo a alcançar a qualquer preço, e têm a capacidade de mobilizar controlos diretos e indiretos ativos. Mas há outras famílias que não o conseguem fazer. E estas famílias precisam de ajuda, desde logo de uma ajuda em que não sejam estigmatizadas, precisam de uma ajuda em que o sistema escolar se torne transparente, que aprendam a ler o sistema escolar, a perceber como é a progressão.

Recuperando a questão das qualificações do mercado de trabalho, considero que as políticas educativas estão a dar aos portugueses um sinal absolutamente nefasto: esta noção de que para pensar não é necessário trabalhar e que aqueles que não conseguem avançar no conhecimento devem ir trabalhar o mais precocemente possível. Teremos de esclarecer o que queremos desta sociedade do conhecimento. Se queremos que as pessoas ingressem rapidamente no mercado de trabalho sem saberem pensar e sem terem gosto pelo conhecimento, e se queremos pessoas que chegam à universidade sem terem a noção do que é a vida real e sem nunca experimentarem a relação do trabalho. Esta é uma decisão que vamos ter de tomar enquanto sociedade.

João Caramelo
Professor auxiliar
na Faculdade de
Psicologia e Ciências
da Educação da
Universidade do Porto

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DEVEM PROCURAR CRIAR UMA CULTURA DE EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA

Se me perguntam até que ponto é possível um pacto na educação para se assegurar uma continuidade das políticas públicas, lembro que houve já em tempos uma tentativa, num documento a que se chamou "Pacto Educativo".

O campo da Educação é particularmente permeável ao confronto ideológico. Não sei se será possível estabilizar um pacto quando, do ponto de visto ideológico, há opções que são radicalmente diferentes dentro do espectro político em Portugal.

Considero que seria importante a existência de compromissos genéricos que se traduzissem do ponto de vista não só das políticas educativas, mas também das políticas do emprego, das políticas sociais, enfim, que existisse um reflexo destes grandes compromissos nos grandes setores da política. Mas admito que chegarmos àquilo que podemos chamar um pacto educativo seja muito difícil e, na verdade, não sei sequer se será desejável. Isto porque a construção das opções educativas faz-se em função da análise do que está a ser o desenvolvimento do nosso país, do próprio funcionamento do sistema educativo e daquilo que é a educação como um todo. Não sei se seria sequer exequível definir um horizonte de longo termo, a não ser com base em grandes princípios que depois se plasmassem nas políticas.

Um dos dados que este estudo permite perceber – embora não seja necessariamente a única conexão que possamos fazer – é que o mundo do trabalho parece não valorizar de sobremaneira aquilo que é o investimento das pessoas em termos educativos. Desde logo aquilo que pode ser uma transformação das políticas ligadas

ao mundo do trabalho e aquilo que pode ser um investimento na valorização das qualificações e da integração de qualificações neste mundo de trabalho poderia ser uma boa ajuda a esta perceção positiva sobre o investimento na educação.

Do meu ponto de vista há uma questão mais ampla: a de conseguirmos, através de políticas em diferentes esferas, criar aquilo que eu chamaria uma *cultura de educação ao longo da vida*. E aqui distinguiria educação ao longo da vida daquilo que é hoje o discurso utilizado de aprendizagem ao longo da vida, que tende a ser híper-responsabilizador dos indivíduos. Distingui-lo-ia deste outro discurso de procurar construir uma cultura de educação permanente, de *educação ao longo da vida*, onde a educação não surja necessariamente como uma obrigação, mas como um direito e como uma possibilidade de realização pessoal e social dos sujeitos.

A criação dessa cultura, que eu creio que não existe ainda em Portugal – se calhar tivemos um princípio dessa cultura num determinado período da nossa história –, é o compromisso de longo prazo que podemos assumir, mas implica uma política em que o mercado de trabalho valorize as qualificações, o envolvimento na formação contínua, garanta a democratização e a – chamar-lhe-ia assim – democracia cultural. Teria de ser uma política que garantisse que todos tivessem a oportunidade de ingressar em processos educativos, uns mais formais, outros menos formais, mas que se fosse aos poucos criando esta cultura de educação permanente, que é o que me parece que poderia transformar mais globalmente o cenário.

Um dos dados que vários trabalhos evidenciam relativamente à formação de adultos é o sentimento de maior capacidade em apoiar os filhos e o de até compreender o seu percurso escolar.

Em Portugal, a educação de adultos apenas obedece a uma política demográfica, isto é, vamos esperando que a situação se resolva pela demografia. É claramente um dos campos onde mais oscilação política tem havido, onde menos constância do investimento tem havido – com a exceção do programa Novas Oportunidades, que, de facto, foi um investimento muito grande.

Quando falo na promoção de uma cultura de educação permanente estou a pensar particularmente naquilo que é a necessidade de desenvolver um trabalho de educação de adultos e de promoção do acesso e da fruição da cultura por parte dos adultos. Este parece-me claramente um passo imprescindível para se poder ter famílias mais capazes de acompanharem e lerem os percursos escolares dos seus filhos. Esta é uma opção política que não tem sido tomada de uma forma coerente e consistente.

Atualmente são os mais jovens, os mais qualificados, que simultaneamente afirmam mais ter vontade de continuar a sua formação; por outro lado, sentem que têm mais qualificações do que aquelas que são exigidas pelo mercado de trabalho e até sugerem – pelo menos numa percentagem significativa – que alguém com uma qualificação escolar inferior à deles faria o mesmo tipo de trabalho.

Pomos aqui uma hipótese. Este processo de aquisição de diplomas acaba também por ser um instrumento de competição individual, num mercado de emprego escasso, onde a posse destes diplomas é, pelo menos, uma vantagem competitiva no acesso ao mundo do trabalho. Depois, esse mundo do trabalho não reconhece necessariamente, nem integra nem valoriza, esse acréscimo de qualificações. Por isso, o mundo da formação, por vezes, assume um papel de placa giratória ou de parque de estacionamento, onde os jovens, nomeadamente em processo de transição para o mercado de trabalho, vão estacionando durante algum tempo.

FATORES INDIVIDUAIS E CONTEXTUAIS DAS PERCEÇÕES SOBRE O VALOR DA EDUCAÇÃO

No que respeita à análise dos fatores individuais (género, idade e nível de escolaridade) e contextuais (região) das perceções que os portugueses têm sobre o valor da educação, pode-se sistematizar as variações da seguinte forma[1]:



VARIAÇÕES POR GÉNERO

- As mulheres tendem a enfatizar mais as razões intrínsecas, relacionadas com a valorização e o enriquecimento pessoal.
- Embora sejam as mulheres, mais do que os homens, a expressar o desejo de continuar a estudar, são elas quem menos têm a intenção de concretizar esse desejo.
- As mulheres, em maior medida do que os homens, não têm a intenção de continuar a estudar por falta de tempo e disponibilidade por razões familiares, ao passo que os homens invocam a falta de tempo e disponibilidade por razões profissionais.
- As mulheres, muito mais do que os homens, identificam o 'excesso' de qualificações escolares em relação ao trabalho (62% para as mulheres e 38% para os homens).
- É entre os indivíduos com ensino superior que se encontra a maior incidência de pais com qualificações superiores, tal como é entre os inquiridos com o 1º ciclo que se encontrou a maior incidência de pais com, apenas, este nível ou menos.
- São sobretudo as mulheres que não se sentem preparadas para ajudar os filhos em casa. As mães estão claramente sub-representadas nos graus do ensino superior (3,48% para 9,46% dos pais). Com uma escolaridade menor do que a dos pais nos vários graus de ensino, só a posse do ensino secundário coloca as mães e os pais em circunstâncias idênticas de capital escolar no que se refere ao apoio à escola em casa. Independentemente do envolvimento dos inquiridos, como pais e mães, na vida escolar dos filhos, são as mães quem assegura, na qualidade de Encarregadas de Educação, a relação parental com a escola, nomeadamente nas reuniões (87,4%). Se não estão presentes na escola, 58,8% dos pais declaram estar a par dos assuntos tratados nas reuniões da escola e somente 5,9% declaram o seu desconhecimento.

[1] A. Amaral (Ed.). Que perceções têm os portugueses sobre o valor da educação?. Fundação Belmiro de Azevedo (2016).



VARIAÇÕES POR IDADE

- Os jovens são o grupo que mais se destaca na pretensão de obter qualificações superiores. À medida que a idade aumenta, a proporção dos que gostariam de ter um grau de escolaridade mais elevado diminui.

- As motivações relacionadas com o emprego são percecionadas como sendo de menor importância para o grupo com idades superiores a 55 anos.

- Embora os indivíduos com mais idade pareçam desvalorizar a escolaridade na sua relação pessoal com o emprego, sobretudo quando pensam nos benefícios próprios, quando se trata de equacionar a importância da educação na sociedade de hoje, a dimensão do emprego ganha uma nova relevância.

- Os grupos mais jovens são os que mais atribuem à educação um valor instrumental, associando-a à possibilidade de ter uma situação profissional com perspetivas de emprego, progressão e estabilidade.

- Há a perceção de que o acesso às profissões idênticas às que exercem ou exerceram se faz a partir da aquisição de níveis de escolaridade entre o básico 2 e o ensino secundário (28,8% e 29,6% respetivamente).

- Nas gerações mais jovens – dos 18 aos 34 anos – há uma valorização da aquisição de um diploma do ensino superior como condição de exercício de atividades similares às que exercem.

- São as faixas etárias mais elevadas – 35 a 54 anos e 55 anos ou mais – que consideram muito útil o grau de escolaridade detido para o exercício do trabalho (respetivamente, 32,2% e 37,6%), evidenciando aqui, sobretudo, o valor de "uso" das qualificações escolares.

- A presença de filhos em casa até aos 18 anos só é referida por 27,2% da população inquirida. Os filhos com idades menores de 2 e até 5 anos, ainda fora do sistema escolar, correspondem a 29,50%. Entre os 6 e os 15 anos – idades correspondentes aos 1º, 2º e 3º ciclos, ensino básico – encontram-se 54,58% dos filhos residentes em casa.



VARIAÇÕES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

- Quanto mais alto o nível de escolaridade, maior é a importância atribuída às perspetivas de progressão na carreira.

- A tendência para os inquiridos afirmarem que gostariam de ter um grau de escolaridade imediatamente acima do que o que detêm é visível também nas intenções de concretizar o desejo de continuar a estudar.

- Quanto menor o nível de escolaridade do inquirido, menor é a sua vontade de continuar (ou voltar) a estudar no futuro.

- Os inquiridos com um nível de escolaridade correspondente ao ensino superior distinguem-se dos outros grupos, pois atribuem menor importância à escolaridade na sociedade de hoje, como meio para o acesso a empregos bem remunerados, estáveis, a profissões interessantes e a boas condições de trabalho.

- A maioria dos que afirmam possuir apenas algumas das qualificações exigidas pelo seu trabalho tem habilitações escolares até ao básico 1 (50%) e ao básico 2 e 3 (30%). A maioria dos que salientam possuir mais qualificações que as requeridas são diplomados do ensino superior (56%) e aqueles habilitados com o ensino secundário (29%).

- Cruzado o apoio escolar com o grau de escolaridade dos pais (pais e mães) observa-se que a relação habitual de ajuda em casa se distribui por todos os níveis de escolaridade, mas destacam-se o ensino secundário (29%) e o 3º ciclo do ensino básico e a licenciatura (25%).

- 25,5% dos inquiridos (pais) tiveram filhos que reprovaram. A maior percentagem de reprovação encontra-se nos inquiridos com ensino básico 2 e 3 (54,9%). Os pais (pais e mães) cujos filhos nunca reprovaram possuem ensino secundário e pós-secundário 24,8%, e o ensino superior 27,5%.



VARIAÇÕES POR REGIÃO

- Destaca-se a maior importância atribuída às razões relacionadas com o emprego, nomeadamente as perspetivas de carreira, pelos indivíduos da região de Lisboa.
- O nível de escolaridade correspondente ao ensino superior é o mais desejado entre os inquiridos de Lisboa.
- As regiões do Alentejo e do Algarve, bem como os arquipélagos autónomos da Madeira e dos Açores, são locais que parecem estar mais desfavorecidos no que diz respeito à qualidade da oferta laboral (o que parece justificar o desinvestimento na educação), às dificuldades financeiras e, no caso do Alentejo, à falta de oferta formativa.
- A região Centro destaca-se em termos de suficiência de qualificações relativamente à média global/nacional. Por contraste, no Alentejo há uma percentagem menor de sujeitos a reconhecer a suficiência das suas qualificações escolares (56%).
- Na região de Lisboa e do Algarve a importância atribuída a um diploma do ensino superior para o acesso ao seu tipo de profissão varia entre 24,1% e 28,0% respetivamente.

O que são as EDUTALKS?

Dinamizadas pelo EDULOG, da Fundação Belmiro de Azevedo, as EDUTALKS são ciclos de conferências e debates públicos sobre temas transversais à Educação, com a presença de individualidades de referência na área.

TÍTULOS DA COLEÇÃO

QUE PERCEÇÕES TÊM OS PORTUGUESES SOBRE O VALOR DA EDUCAÇÃO?

TELEMÓVEL NA SALA DE AULA: SIM OU NÃO?

EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA: O QUE TEMOS E O QUE QUEREMOS?

HÁ FALTA DE MÉDICOS EM PORTUGAL?

COMO PENSAR A ESCOLA COM MENOS JOVENS?

ESTÃO AS ESCOLAS PREPARADAS PARA A AUTONOMIA E A FLEXIBILIDADE CURRICULAR?

HÁ EQUILÍBRIO NA DISTRIBUIÇÃO REGIONAL NO ENSINO SUPERIOR?

ESTUDAR É PARA TODOS?

VÍDEO PODCAST WWW.EDULOG.PT

EDULOG
FUNDAÇÃO BELMIRO DE AZEVEDO